



AOS TRABALHADORES DO IRN

NADA DE NOVO!

A Federação reuniu com a Presidente do Instituto dos Registos e Notariado, no dia 12 de Janeiro, para saber qual o ponto situação da resolução de várias reivindicações apresentadas cuja solução tem sido anunciada, mas continuam sem resposta - nomeadamente, falta de pessoal e regulamentação das carreiras especiais. Esta situação arrasta-se no tempo, afectando os direitos dos trabalhadores e a qualidade do serviço público que é prestado pelo IRN.

Os assuntos que colocámos foram os seguintes:

1. Falta de pessoal

É uma exigência da Federação, promover a dotação nos mapas de pessoal dos postos de trabalho efetivamente necessários e abrir os procedimentos concursais para a admissão de novos trabalhadores para as carreiras gerais e especiais, garantindo assim o rejuvenescimento dos efectivos, o bom funcionamento dos serviços e os direitos dos trabalhadores.

Como já esperávamos, a Presidente do IRN afirmou que está de acordo com a Federação e, que já fez uma proposta à tutela, sendo que a mesma está actualmente no Ministério das Finanças para aprovação.

A Federação considera que se a Direcção do IRN tem realmente vontade de resolver os problemas, precisa de agir junto da tutela para que sejam obtidas respostas à suas propostas e não usá-las como justificativo para ficar tudo na mesma.

2. Abertura de concurso para oficial de registos especialista

A Federação considerou inaceitável que o IRN não tenha aberto ainda os concursos de promoção para oficial de registos especialista nos termos do DL n.º 115/2018, de 21 de Dezembro.

A Presidente do IRN, mais uma vez, concordou com a Federação, e justificou a sua inoperância com a necessidade de concluir os processo de mobilidade intercarreira para poder contabilizar o número de postos de trabalho a criar, para oficial de registos especialista, respeitando as percentagem que constam do diploma que cria a carreira.

A Federação considera, que a Direcção do IRN tem de concluir com urgência este processo de promoção, para pôr termo à injustiça gerada pela transição para a mesma categoria de todos os trabalhadores dos registos, apesar de desempenharem funções de diferentes níveis de complexidade, sem qualquer diferença salarial.

Quanto à adaptação do Sistema Avaliação do Desempenho a Presidente do IRN, informou que o processo está em desenvolvimento.

3. Nova Lei Orgânica

A Federação considera importante a publicação de uma nova lei orgânica do IRN como elemento fundamental para a definição da sua organização; da revisão das dotações do mapa de pessoal, questões que só podem ser tratadas, entre outras, em sede de Lei Orgânica.

Destaca-se aqui a situação dos trabalhadores do DIC e das Lojas de Cidadão que não foram, como o prometido, integrados nas carreiras especiais, e que aguardam a lei orgânica para ver a suas funções valorizadas salarialmente de acordo com o compromisso da Secretaria de Estado da Justiça.

A Presidente do IRN voltou a informar que a Lei Orgânica não avançou por decisão política, mas foi apresentada uma nova proposta a pedido da tutela.

4. Formação profissional

Voltámos a exigir a garantia da formação profissional contínua para todas as áreas funcionais e para todos os trabalhadores, fundamental para a qualidade do serviço público do IRN e como um direito dos trabalhadores a consagrar.

A Presidente informou que tem estado a fazer formação à distância e alguma presencial, assumindo que as dificuldades colocadas pela pandemia impossibilitaram o desenvolvimento do plano de formação que estava definido.

5. Condições de trabalho

A Federação considerou que, na situação de pandemia para além das medidas que garantam a saúde dos trabalhadores e dos utentes, é preciso assegurar de forma reforçada a segurança dos trabalhadores que estão no atendimento ao público. Informamos que existem relatos de agressão a trabalhadores, sobretudo, devido à deficiência de comunicação para marcação e dos tempos de espera ao sol ou à chuva.

Fomos ainda informados que o IRN tem tido reporte destas situações e que tem agido solicitando a intervenção da PSP para garantir a segurança. Admitiu as dificuldades de comunicação para marcação e que estão trabalhar no sentido de melhorar o sistema. Foi assumido que procuram soluções para agilizar e melhorar o atendimento dos cidadãos, tentando automatizar tarefas, otimizando o tempo de resposta aos utentes e com ganhos na capacidade de resposta dos próprios serviços.

A Presidente considerou que otimizando o agendamento serão resolvidas as dificuldades, quer dos utentes, quer dos trabalhadores.

Aproveitou para aditar que o IRN está a proceder à contratualização de serviços para garantir a Segurança e Saúde no Trabalho, com vista a assegurar e melhorar esta prestação de cuidados à totalidade dos trabalhadores.

6. Modernização do parque informático

Relativamente à renovação do parque informático, a Presidente do IRN considerou que o teletrabalho provocou uma alteração do programa que estava em desenvolvimento, já que um grande número de trabalhadores levou para as suas casas os computadores de secretária, mas estão a ser feitos esforços no sentido de continuar a pôr em prática o plano anteriormente definido.

O Vice-Presidente aditou que estão a ser melhorados os softwares e desenvolvidas novas plataformas, com o objectivo melhorar os sistemas, de os atualizar e renovar.

7. SIADAP

Segundo a Presidente do IRN a pandemia provocou um atraso substancial no desenvolvimento do processo referente ao fecho do ciclo avaliativo 2017/2018, pelo que a sua conclusão está agora apontada para o final do presente ano, com respeito pelas progressões a ocorrerem.

Quanto ao biénio 2019/2020 foi justificado que, também por causa da pandemia, houve significativas alterações e consequências para este processo, com objetivos não reformulados e não revistos, estando a ser analisada a melhor solução para os trabalhadores.

A Federação considera que o referido vai refletir-se negativamente na progressão dos trabalhadores, facto que consideramos inaceitável. Por isso, exigimos a maior celeridade nos processos avaliativos findos e no do biénio que agora se inicia.

Desta reunião a Federação e os trabalhadores tiveram mais uma vez apenas compromissos, não tendo visto, ainda assim, como em anteriores reuniões, discordâncias de fundo com as reivindicações apresentadas.

Como a Direcção do IRN e o Governo sabem, as nossas reivindicações são justas e têm que ter resposta. Os trabalhadores têm que estar unidos e disponíveis para lutar.

Janeiro/2021

FNSTFPS



Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Norte

Rua Vasco de Lobeira, 47/51
4249-009 Porto

tel 225574060
fax 225507257
email geral.porto@stfpsn.pt
site www.stfpsn.pt